

DINÂMICAS PRODUTIVAS E ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA, MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT

Rogério de Oliveira Costa¹
Silvano Pereira de Oliveira²

RESUMO

Esta pesquisa realiza-se junto a agricultores da Comunidade Boa Esperança, no Assentamento Facão, município de Cáceres- MT. Tem-se por objetivo geral interpretar a estrutura da organização socioeconômica e as dinâmicas produtivas instauradas na comunidade, com vistas a conhecer e interpretar a visão dos lavradores sobre os processos produtivos adotados na localidade, bem como estabelecer a correlação entre essas dinâmicas e esse modo de organização. Evidencia-se uma estreita ligação entre ambos os aspectos, direcionando as estratégias de desenvolvimento da propriedade, que ocorre de forma desligada do planejamento da comunidade mais ampliada. Assim, suas dinâmicas produtivas vêm sendo insuficientes para proporcionar a emancipação dessa população em face dos problemas com que se deparam. Logo, torna-se necessária uma reorientação no quadro de desenvolvimento das estratégias individualistas rumo à configuração de estratégias que sejam potenciais na integração da comunidade, viabilizando o seu desenvolvimento com o máximo de autonomia diante da realidade local/regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Dinâmicas produtivas. Cáceres-MT.

1 Biólogo e mestre pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Rua Santo Antonio S/Nº, Cavalhada II, CEP 78200-000, Cáceres-MT. e-mail: rogeriobiologia13@yahoo.com.br

2 Licenciado, bacharel e mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atua como Técnico do Seguro Social junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social. Rua Pau Brasil S/Nº, Jardim das Palmeiras, CEP 78080-200, Cuiabá-MT. e-mail: silvanoinss@gmail.com

ABSTRACT

This research was accomplished with agriculturists from the Boa Esperança community in the Facão Settlement, municipal district of Cáceres - MT. Its general objective was to understand the structure of the socioeconomic and productive dynamics organization established in the Boa Esperança Community; and as specific objectives it was to know and to interpret the agriculturists' view on the productive processes in the community; and to establish a correlation between the established productive dynamics and their socioeconomic organization in the community. As results, we verified that exists a narrow correlation between the productive dynamics and the agriculturists' socioeconomic organization, which guides the development strategies of the property aparted from the community's planning in a wider way. So their productive dynamics have demonstrated to be insufficient to provide the emancipation of the community before their problems. We considered that a reorientation in the picture of development of individualistic strategies, for strategies that are potentially proper in the community's integration, will be decisive for its development with the maximum of autonomy before the local/regional reality.

Keywords: Dynamic Production, Agriculture Family, Cáceres/MT.

Introdução

Este estudo constitui-se numa análise crítica da estrutura da organização socioeconômica e das dinâmicas produtivas instauradas na Comunidade Boa Esperança, no Assentamento Facão, município de Cáceres-MT. Tem-se por objetivo conhecer e interpretar a visão dos agricultores sobre os processos produtivos na comunidade e estabelecer uma correlação entre as dinâmicas de produção instauradas e o modo de organização socioeconômico desses lavradores.

A pesquisa justifica-se pelo fato de que, mesmo diante das influências das estruturas sociais na desestruturação da organização socioeconômica dos agricultores familiares camponeses, as quais incidem diretamente sobre as formas como estes atuam na transformação da natureza, esse modo de organização sociocultural e produtivo cria cenários positivos sob o ponto de vista da geração de sustentabilidade sistêmica. Esse fato torna a organização da agricultura familiar camponesa viável para a orientação de projetos de desenvolvimento sustentável no campo, em detrimento do modelo agrário e agrícola convencional brasileiro, evidenciado ao longo da história como insustentável.

Pretende-se, nesse sentido, delinear aspectos que possam revelar os condicionantes internos e externos à comunidade Boa Esperança, atuantes sobre a relação homem/natureza ali estabelecidas, constituindo um estudo de caso sobre esse contexto.

Para tanto, foram adotados os princípios orientadores da abordagem qualitativa da investigação científica. A produção e a coleta de dados ocorreram mediante o emprego das técnicas de observação participante ativa e passiva, além da aplicação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas orientadas por roteiro, com os registros das falas dos agricultores, utilizando-se gravador de voz e anotações em planilhas previamente preparadas. Foram entrevistados dezenove agricultores.

Para a interpretação dos dados recolhidos foi utilizada análise textual, metodologia proposta por Moraes (2007).

A Comunidade Boa Esperança, que faz parte do assentamento rural denominado Facão, situa-se na margem esquerda da BR-070, no sentido Cáceres-Cuiabá, possuindo 74 propriedades. O ponto de acesso à referida comunidade encontra-se a aproximadamente 12 km do início do perímetro urbano da cidade de Cáceres-MT.

Vale ressaltar que, além dessa comunidade, o Assentamento Facão/Bom Jardim é composto ainda por outras duas, a São José e a Bom Jardim, totalizando, juntas, 97 propriedades.

O município de Cáceres foi criado em 1859 e, inicialmente, era denominada Villa de São Luiz do Paraguay; depois, passou a ser Villa Maria e, por último, São Luiz de Cáceres, nome que mais tarde foi reduzido apenas para Cáceres, conforme relatos de Silva (1998), citado por Januário (2004).

Cáceres está localizada na região Sudoeste do estado de Mato Grosso, nas coordenadas 16°11'42" de latitude Sul e 57°40'51" de longitude Oeste de Gr. Encontra-se a 118 m acima do nível do mar, distante 209,70 km da capital, Cuiabá. Essa localização geográfica coloca-o como primeiro município na formação da área alegável do Pantanal Mato-Grossense (Figura 1).

Nas terras do município de Cáceres, a comunidade Boa Esperança (assentamento Facão) tem uma localização imersa na província serrana situada próximo à depressão que também conforma a constituição inicial do pantanal.

Assim, essas terras encontram-se inseridas em meio a um conjunto de serras cuja extensão e disposição formam parcela significativa da microbacia do córrego Facão (que dá nome ao assentamento) que limita-se a leste como o Morro do Quilombo e a oeste, pelos morros Bom Jardim e morro das Piraputangas.

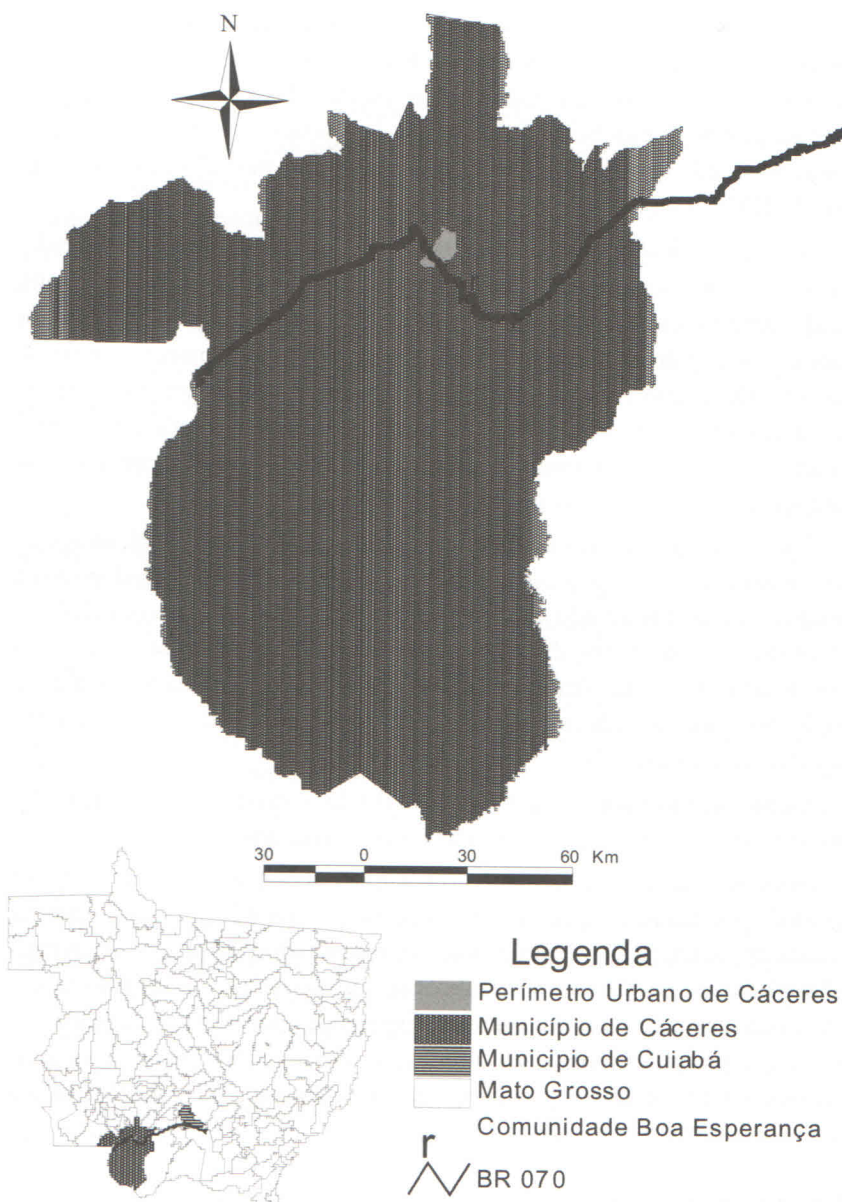


Figura 1 - Mapa de localização do município de Cáceres - MT
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2005).
Adaptação de Oliveira (2008).

Comunidade Boa Esperança: breve histórico

As terras nas quais está instalada a comunidade Boa Esperança foi até um passado recente um latifúndio de mais de cinco mil hectares. No ano de 1997, aproximadamente, mil famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocuparam a Fazenda Facão, às margens do córrego Facão, ali permanecendo pelo período de oito meses (ALMEIDA, 2005).

A maioria dessas famílias, por meio de ações estratégicas integradas do próprio movimento, saiu dessas terras e foi assentada em outros locais, dando origem a assentamentos de reforma agrária na região Sudoeste do Estado, estimando-se que trinta delas optaram por permanecer na referida fazenda. Desse momento em diante, os remanescentes da ocupação passaram a mobilizar outras famílias para deslocarem-se para o local e aumentar o contingente no acampamento, fortalecendo, com isso, o movimento pela aquisição, de fato, do título de propriedade da terra.

Vale registrar que essas famílias mantiveram-se, de 1997 a 2004, no aguardo dos resultados dos processos judiciais e administrativos relacionados à desapropriação. De acordo com os registros contidos no Processo INCRA nº 54242.000376/00-00, de 2000, e nas falas dos agricultores, o cenário constituído entre as famílias foi de extrema tensão em torno da possibilidade do despejo pela via judicial e também pela possibilidade da violência contra elas através da ação indireta dos proprietários.

Como veremos adiante, essa situação foi decisiva para a constituição das atuais estruturas produtivas e organizativas na comunidade.

A constituição do Assentamento Facão não contou com a participação direta da política nacional de colonização, implementada principalmente na década de 70, tendo sido fruto da luta dos trabalhadores através de suas mobilizações com esse fim. Porém, vale observar que, apesar de ter sido criada em época recente, a Comunidade Boa Esperança é formada principalmente por migrantes que saíram de seus municípios de origem na mesma época em que ocorreram incentivos privados e governamentais para o deslocamento de pessoas rumo a essa região.

A organização socioeconômica na comunidade

Como resultado da interpretação do *corpus* de análise, composto pelo resultado do registro das entrevistas com a comunidade, incluindo as anotações em caderno de campo, verifica-se que incidem sobre sua estrutura de pro-

dução e organização inúmeros elementos de ordem local/regional e outros, mais amplos, são condicionantes derivadas da macroestrutura social.

A fim de estabelecermos um debate sobre tais resultados, este serão apresentados e debatidos em uma sequência que nos permita evidenciar os problemas relacionados à produção; as questões ligadas à infraestrutura comunitária; os processos locais que incidem sobre a comunidade; os processos sociais e econômicos que incidem sobre a comunidade; a correlação entre organização socioeconômica e as dinâmicas produtivas conforme estudos realizados por Costa (2008).

Vale ressaltar que essas categorias de análise foram produzidas em função dos elementos discursivos contidos na fala dos agricultores entrevistados, que apontaram os fatores atuantes sobre a comunidade, e foram acrescidas da nossa interpretação acerca dessa mesma realidade.

Estruturas determinantes da produção familiar

Nesse contexto, consideramos como dinâmicas produtivas as estratégias e as práticas de produção executadas pelos agricultores, que vem promovendo ao longo dos anos a reprodução da família e, consequentemente, a manutenção da Comunidade Boa Esperança enquanto espaço social produtivo no campo.

No contexto de ocupação das terras em que hoje se encontra essa comunidade, a sequência dos fatos que condicionou a presença dos agricultores, ali, efetivamente trabalhando em atividades produtivas implicou a estruturação de sistemas produtivos e a própria organização da propriedade familiar através de inúmeras circunstâncias limitantes, frutos dos conflitos gerados na ocupação.

A partir da interpretação de elementos apontados pelos agricultores, caracterizando aspectos de suas dinâmicas produtivas, percebe-se que muitas são as influências sofridas por esses trabalhadores no momento de planejar a composição de seus sistemas de produção. Essas influências criam duas tendências que se impõem cotidianamente a essa população, apresentando-se ora contrárias ora complementares a sua organização: produzir para o autoconsumo e efetivar a comercialização dos excedentes e/ou produzir de modo direcionado para a comercialização, que é, por sua vez, intermediada por atravessadores.

Nesse sentido, estão contidas na categoria geral agricultor familiar, subcategorias ou formas sociais de organização desses agricultores, as quais são criadas pelas especificidades existentes no modo das relações estabelecidas entre família, produção e trabalho.

Isso, por sua vez, não significa que esses agricultores não almejem alcançar espaços nos mercados e ampliar sua importância na sociedade enquanto grupo social produtivo. “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto.” (LAMARCHE, 1994 apud WANDERLEY, 1996, p. 10). O que desponta como pano de fundo desse querer é a ampliação da capacidade de manutenção da posse da terra e de constituição de patrimônio, garantindo a permanência da família ao longo de sua evolução na propriedade.

Para Palácios (1987 apud WANDERLEY, 1996), durante toda a história de evolução dos camponeses, estes sempre buscaram constituir atividades que permitissem a estabilidade e a rentabilidade. “É este objetivo que orienta suas estratégias econômicas, pois estes sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional.”

Nesse sentido, a relação de produção presente nesse tipo de organização da agricultura gerou uma relação secundária com o mercado capitalista, que exige a especialização do agricultor, influenciando diretamente na redução da diversidade de sistemas produtivos potenciais que garantam a reprodução familiar. Esse fato em nenhum aspecto indica que esses trabalhadores não estabeleçam relações comerciais. Ao contrário, eles efetivam trocas da produção obtida na propriedade familiar como estratégia de adquirir os bens necessários para a estruturação da unidade da família.

Wanderley (1996, p. 8) avalia que, mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia na determinação das características dos sistemas produtivos é sempre relativa, pois a necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas na sociedade e o atendimento de suas necessidades terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato elementos que lhe são, originalmente, externos.

Inseridos nesse contexto, os agricultores afirmam que a capacidade produtiva de cada propriedade está diretamente influenciada pela estrutura geral da Comunidade Boa Esperança. E, dentre os vários problemas destacados aqui, os que tiveram presentes com mais frequência em suas falas foram aqueles de ordem técnica ligados à produção, e de infraestrutura comunitária, também atuando sobre seus arranjos produtivos.

Problemas relacionados à infraestrutura comunitária e à produção

Como foi apresentada anteriormente, a comunidade Boa Esperança está constituída há mais de dez anos. Contudo, não foram realizados em seu interior investimentos em termos de infraestrutura e tampouco de produção.

Nesse sentido, os sistemas produtivos hoje existentes estão sendo desenvolvidos com um baixo nível de investimentos, portanto imprimindo dificuldades de inúmeras naturezas para a continuidade de sua evolução.

Em função desse cenário, toda a infraestrutura coletiva e individual existente na comunidade foi construída com recursos dos próprios agricultores: estradas internas, que em determinados pontos equivalem mais a caminhos e, noutros tornam-se intransitáveis nos meses de chuva intensa; pontes em madeira; e a rede de eletricidade em determinada extensão da comunidade.

A manutenção dessas estruturas também é efetivada com recursos próprios, implicando uma atuação direta da organização dos sistemas produtivos em cada propriedade. Os agricultores ponderam que os recursos voltados para a manutenção da infraestrutura deveriam ser destinados para suas propriedades e principalmente utilizados na produção agrícola e/ou pecuária.

Vale ressaltar que tais investimentos são insuficientes para garantir perfeitas condições de locomoção na comunidade e a distribuição de energia elétrica a todas as propriedades. Esses dois elementos foram inicialmente apresentados como fatores limitantes sobre as dinâmicas produtivas das populações locais, por serem muito presentes nas falas dos agricultores. Porém, outros elementos também participam desse cenário e aqui merecem ser debatidos.

Obstáculos para a produção

“No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social.” (WANDERLEY, 1996). Essa indicação é relevante, pois refletem as consequências de uma história de elaboração de políticas que marginalizaram o trabalhador camponês do acesso a terra, e, nos casos em que esse feito tornou-se possível, as políticas públicas foram formuladas no sentido de compatibilizar esse acesso aos lavradores causadores de conflitos, portanto, deflagradores da visibilidade das contradições sociais existentes no campo. Foi exatamente esse o ocorrido com as frentes de colonização dirigidas para o estado de Mato Grosso, as quais foram criadas pelo Estado brasileiro a fim de incorporar a última fronteira econômica ainda não participante nos moldes capitalistas da economia nacional.

Tanto nos assentamentos rurais constituídos em áreas distantes dos locais de origem dos trabalhadores assentados como nos poucos assentamentos efetivados através de divisão de terras na estrutura fundiária local não foram

e ainda não são contemplados pelos programas necessários ao desenvolvimento social, cultural, econômico dos assentados.

No tocante à constituição da comunidade, a morosidade da ação dos poderes executivo e judiciário na legalização das terras criou um cenário negativo para a permanência das famílias que originalmente ocuparam a área, dada a formação de um contexto de tensão, violência e a falta de estrutura básica para poderem permanecer ali até o processo final de legalização das ocupações.

Esse conjunto de fatos foi decisivo para a substituição processual das famílias ocupantes, incluindo, em uma fase mais recente, a posse do direito às terras a pessoas não integradas na primeira etapa de luta pela propriedade.

A atmosfera sempre carregada de conflitos que antecede a constituição de um assentamento rural, associando-se a isso a falta de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal para garantir a continuidade desse processo de formação, configura o principal fator limitante tanto para a produção quanto para a organização socioeconômica mais ampla do assentamento.

A esse respeito, Martins (2000 citado por PEREIRA, 2005, p. 2) atesta que só a reforma agrária não basta; é preciso resolver a questão agrária que está ligada ao aspecto social e político da reforma.

As limitações criadas à organização produtiva dos assentamentos rurais, através das influências diretas e indiretas da macroestrutura social, incidem sobre essas áreas de modo generalizado, sendo as particularidades de cada região determinantes dos desafios mais específicos e, ainda, as formas específicas de resistência desses trabalhadores aos desafios que lhes são impostos.

Participação da comunidade nas estruturas/entidades sociais agrícolas

Através das entrevistas realizadas, das conversas mantidas com cada família em seus momentos de trabalho, a participação nas reuniões da comunidade, enfim, das mais diversas formas e momentos de interação estabelecidos com os sujeitos da pesquisa, verificamos que eles estão isolados em relação à participação nas estruturas/entidades sociais de representação relacionadas à agricultura. Essa condição impõe a essa população um atraso quanto ao acesso à informação enquanto forma de planejamento das atividades produtivas, tanto em nível individualizado da propriedade quanto em nível coletivo da comunidade.

Por terem constante deficiência em termos de informação e, então, ficarem a mercê das novidades que lhes chegam por terceiros, esses agricultores acabam por tomar decisões não condizentes com seus objetivos, como, por exemplo,

cultivando produtos que não lhes garantem estabilidade. Em seus relatos, há inúmeros registros de situações nas quais ocorreram repasses imprecisos e até mesmo desviados ou ligados a interesses distintos dos planos desses camponeses, que têm no cultivo da terra a fonte do seu sustento.

Essa realidade pode ser ilustrada através de um acontecimento que gerou euforia e investimentos em uma produção com baixo nível de planejamento: a divulgação na comunidade sobre a possibilidade de instalação de uma fábrica de beneficiamento de abacaxi na região, notícia essa repassada a um terceiro por um agente externo à comunidade e que conduziu vários agricultores a investirem em recursos e ocupação de terras com o cultivo da referida fruta. Na verdade, porém, a informação não passou de uma especulação.

Esse fato é aqui mencionado para indicar que talvez haja necessidade de que esses agricultores, na busca por melhores condições de vida no campo para si próprios e para as suas respectivas famílias, reorientarem tanto suas metodologias de interpretação do mercado quanto da participação ativa em entidades relacionadas à agricultura familiar camponesa.

Características agronômicas do solo e impactos ambientais

Conforme descrito no laudo agronômico de fiscalização de solos, elaborado pela equipe técnica do INCRA - Agência/Cáceres pode-se afirmar que as características físico-químicas das terras do Assentamento Facão naturalmente não são de excelente qualidade para o cultivo. Entretanto, as deficiências apontadas podem ser amenizadas mediante a correção e introdução de nutrientes diretamente no solo. De acordo com o mesmo documento, a área “[...] deixa muito a desejar devido às características edáficas relacionadas à pobreza em saturação de bases, além de representar limitações no que se refere ao relevo, profundidade, textura, etc.”

Outra característica natural que limita em algum nível a produção é a susceptibilidade ecológica da localidade, que se encontra delimitada por serras, abrigando inúmeras nascentes intermitentes em suas encostas e contendo nos locais planos cursos d’água superficiais, perenes em alguns pontos e intermitentes em outros, o que exige ainda mais cuidado na elaboração dos sistemas produtivos.

Além das restrições físicas e ecológicas existentes para o uso da terra na comunidade Boa Esperança, os impactos ambientais decorrentes do excessivo desmatamento, tanto nas fazendas de criação de gado que fazem divisa com suas terras quanto no interior da comunidade, têm atuado como fator de limitação à produção.

No relato dos agricultores pode-se apreender que ano após ano as áreas destinadas ao cultivo vêm se tornando cada vez menos produtivas, em função tanto do desgaste do solo quanto do ataque intenso de “pragas”.

Essa realidade, criada pela alteração no equilíbrio ecológico local/regional, associado à falta de assistência técnica à comunidade, conduz os agricultores a optarem pelo uso de insumos químicos em suas culturas agrícolas (adubos e agrotóxicos) sem a utilização das técnicas adequadas para a não contaminação do solo e dos córregos.

A falta de assistência técnica foi um fato recorrente nas narrativas dos agricultores, que afirmam sentirem-se inseguros, em determinados momentos, para tomar decisões relativas à condução do manejo da produção.

Coleta de água potável e localização dos lotes em relação às fontes naturais

A questão da coleta de água acarreta para os agricultores da comunidade Boa Esperança grandes dificuldades, decorrentes das limitações criadas pela disponibilização de nascentes superficiais. Porém, o problema estruturante em relação à falta de água para o consumo familiar e para a utilização em processos produtivos decorre da ausência de infraestrutura suficiente para a sua captação.

Esse fato força a maioria dos agricultores a se dirigir à fonte mais abundante (cachoeira) presente na comunidade, o que vem ocasionando a redução gradativa de seu volume de água.

No que se refere à localização dos lotes em relação às fontes naturais de água, isso se configura também em uma das mais importantes questões a serem equacionadas na comunidade. Os lotes fixados próximo à cachoeira e ao córrego Facão são beneficiados, havendo dezoito no período das chuvas e bem menos durante a seca. No mês de outubro do ano de 2007, suas águas passaram na superfície de apenas três dos 74 lotes existentes na comunidade.

Mesmo que haja inúmeras nascentes espalhadas por toda a comunidade, principalmente nas encostas das serras, a maioria não é aproveitada para o uso doméstico e produtivo, porque possuem seus sumidouros muito próximos das áreas de elevação, os quais ressurgem muito longe das propriedades. Para que tal aproveitamento ocorra, deve-se investir na canalização da água de que os agricultores necessitam.

É natural que, em função da limitação na distribuição de água na comunidade, medidas excepcionais tenham que ser tomadas, demonstrando-se, com

isso, a possibilidade de a necessária infraestrutura ser inviabilizada através de políticas públicas. No entanto, um planejamento antecipado na definição da localização e dimensões dos lotes teria evitado todos os percalços que a comunidade enfrenta para conseguir água voltada para o consumo doméstico e de produção.

Como foi relatado, poucos lotes são atravessados pelo curso do córrego Facão e, ainda, poucas famílias tem acesso à água das nascentes próximas às serras. Esse fato tem resultado na retirada excessiva de água da cachoeira, ultrapassando a sua capacidade hídrica. De acordo com os relatos dos agricultores, há aproximadamente sete anos o córrego deixou de correr superficialmente em um sumidouro logo abaixo das terras do Sr. Osmar, a sexta propriedade cortada pelo córrego. Após a instalação das mangueiras em seu ponto mais alto, seu curso foi alterado, pois o sumidouro foi antecipado, não chegando, atualmente, nos meses mais intensos de seca, a percorrer a primeira propriedade por ele cortada antes de sumir.

Os depoentes deixam claro que o sistema de coleta, através de mangueiras de plástico (Figura 2), é extremamente ineficiente, uma vez que a água chega a percorrer até quatro mil metros para alcançar algumas propriedades, sendo que nesse trajeto há muito desperdício, devido às danificações existentes nas mangueiras, que, a propósito, não são o material mais indicado para a canalização a longas distâncias, sem falarmos do gasto desnecessário após a chegada à propriedade.



Figura 2 - Mangueiras plásticas instaladas na cachoeira para a captação
Foto: Costa (2005).

Ainda assim, as mangueiras são utilizadas por duas razões: 1) apresentam menor custo se comparadas aos preços do cano de PVC, apontado como o material ideal para uma coleta mais eficiente; e 2) exigem menor tempo e custo para a instalação, por serem constituídas de material flexível, podendo, desse modo, ser desviadas de rochas que impeçam as escavações.

Diante das providências a serem tomadas relativamente à coleta de água, esses agricultores, a cada dois ou três vizinhos, normalmente se associam para compartilhar as despesas decorrentes da compra e instalação do sistema, constituído por uma mangueira principal, partindo da cachoeira até chegar a um ponto próximo às propriedades, e suas ramificações, que alcançam cada uma das propriedades.

O processo de divisão da terra em lotes

Outro elemento que se impõe como obstáculo à produção tem suas origens no contraditório processo de loteamento da área. A morosidade na execução na desapropriação possibilitou que as famílias fossem acessando a terra e realizando sua divisão de acordo com possibilidades e interesses próprios.

Dessa situação resultou uma conformação de lotes na Comunidade Boa Esperança com dimensões totalmente desproporcionais, o que resultou na redução da disposição de terras agricultáveis em algumas propriedades. Isso se torna um fator complicador, por requerer a compatibilização entre produzir e manter as Áreas de Preservação Permanentes (APP).

O loteamento sob análise, realizado sem a presença ativa do Estado, resultou em proprietários com áreas de terra consideravelmente maiores que as da maioria dos agricultores da comunidade. Isso desencadeou uma situação de desigualdade quanto às condições de trabalho e moradia na localidade desde a sua gênese, bem como influenciou diretamente as questões de interesse coletivo.

Processos locais que incidem sobre a comunidade

Durante nossa interação com a comunidade Boa Esperança, verifica-se que um fato comum a sua realidade demonstra ser decisivo nas vidas dos agricultores, do ponto de vista tanto econômico quanto social: a limitação instaurada nos processos de comercialização da produção.

Basicamente, toda a produção desses trabalhadores é comercializada por meio de atravessadores, às vezes, os próprios agricultores da comunidade,

os quais pagam aos produtores preços baixos e revendem os produtos ao consumidor a preços significativamente mais elevados, em mercados a menos de quinze quilômetros distantes da localidade, mas no mesmo município. Com exemplo, podemos citar a venda de unidades de melancias pelo valor de R\$ 0,80 a unidade e sua revenda ao consumidor por R\$ 5,00 (dezembro de 2006). Ou seja, os lucros ultrapassam os 500%.

Os agricultores afirmam que a falta de meios de transporte e de estradas em boas condições de tráfego prejudica o escoamento da produção. No primeiro caso, este se torna o principal fator que os obriga a negociar na propriedade com os atravessadores.

Sobre esse aspecto, observamos que, de fato, a carência de transportes e a qualidade inadequada das estradas para a entrada de alguns insumos utilizados na produção e para a retirada da produção da comunidade configuram-se como obstáculos. Porém, essa mesma realidade exige desses trabalhadores estratégias coletivas para a comercialização em condições distintas das atuais.

Na prática, acontece justamente o contrário: cada agricultor busca esquivar-se das relações comerciais de exploração postas entre eles e os atravessadores, criando mecanismos, isoladamente, para comercializar o próprio produto. Uns conduzem os alimentos até a cidade em sacos e caixas acondicionadas em bicicletas e motocicletas, outros solicitando carona de proprietários de terras da comunidade que residem na cidade de Cáceres e visitam a localidade com frequência.

Como resultado dessas estratégias, a cada ano se repete a insuficiência de retorno financeiro das atividades produtivas, ou seja, o valor apurado com a venda de alimentos não alcança valores suficientes para suprir as necessidades de gastos no interior da propriedade. Esse fato, por sua vez, vem causando uma sucessiva diminuição nos investimentos para a estruturação dos sistemas agrícolas, levando, inclusive, alguns agricultores, em determinadas épocas do ano, a abandonar o trabalho em sua propriedade e procurar uma ocupação em empregos temporários, em algumas situações, no interior da própria comunidade ou, mais comumente, em fazendas distantes da sua moradia.

Processos sociais e econômicos incidindo sobre a comunidade

Ao refletir sobre as estratégias relacionadas à produção e sobre as relações socioeconômicas estabelecidas no interior da comunidade, identificamos inúmeros elementos decisivos para a conformação dessas relações, oriundas dos constantes processos de interação firmados entre a comunidade e a sociedade.

Para essa análise, é importante destacar as influências da globalização do mercado de alimentos e a formação de representações individualistas inerentes ao modo de pensar e agir capitalista.

Em relação ao primeiro caso, Silva (1998, p. 33) afirma que

[...] um dos impactos da globalização sobre a agricultura é que a generalização dos padrões internacionais de consumo, especialmente das comidas rápidas e daquela fora de domicílio, tem levado à queda da importância de uma série de produtos que perdem peso no volume global da produção, mas se tornam, às vezes, nichos fundamentais de mercado dentro da atividade agrícola no âmbito de uma região.

O nicho de mercado a que se refere o autor, de fato, é uma espaço a ser ocupado no município de Cáceres, pois, aí, um alto percentual da população não dispõe de renda para aderir ao grupo das comidas rápidas, como acontece significativamente nos grandes centros urbanos do país. Porém, há uma forte contradição nesse contexto local/nacional. O potencial do município para o consumo de alimentos não industrializados conduziu diversas categorias de agricultores familiares da região a organizar seus sistemas produtivos orientados pelas lógicas de mercado.

Conforme foi visto, esses trabalhadores não estão estruturados suficientemente para atender a essa demanda de forma autônoma, devido às precariedades instauradas em suas propriedades e, por conseguinte, na comunidade.

Em face dessa realidade, os agricultores passam a ser cada vez mais marginalizados nas cadeias produtivas das quais participam, da bovinocultura de corte à produção de alimentos nas lavouras.

Em relação à constituição de representações individualistas no imaginário desses trabalhadores, as consequências do que vivenciam ficam evidentes no cotidiano da comunidade. Através da interpretação das estratégias de comercialização adotadas; das perspectivas de investimentos futuros; do diagnóstico dos problemas presentes na comunidade e das propostas de soluções para esses mesmos problemas; da exploração do agricultor pelo próprio vizinho; e, principalmente, do baixo volume de ações coletivas, por meio de tudo isso se pode identificar elementos característicos das relações capitalistas atuando de forma decisiva para o atraso da organização da comunidade/propriedade.

Na organização socioeconômica coletiva da comunidade, as ações desses trabalhadores do campo são direcionadas para a propriedade de forma individualizada, com laços de ligação fracamente estabelecidos com a comunidade, considerada em sua complexidade.

Vale sempre afirmar que, levar em consideração esses elementos não transfere a responsabilidade da organização dos agricultores familiares para a macroestrutura social. Entretanto, é importante que haja uma ação disposta a analisar as dinâmicas produtivas e a organização socioeconômica para que esses grupos não fiquem abandonados.

Considerações finais

De acordo com a investigação realizada junto aos agricultores da Comunidade Boa Esperança, vê-se que a morosidade na atuação do órgão competente do Estado para a legalização da propriedade das terras pelo INCRA e a inexistência de investimentos estatais no seu interior atuam decisivamente para a constituição de parcela dos elementos de insustentabilidade contidos em suas dinâmicas produtivas. Aqui podemos mencionar a ausência de assistência técnica qualificada e o baixo emprego de capital na organização da produção.

Ainda em relação às dinâmicas produtivas, considera-se que a estrutura e localização da comunidade podem atuar como elementos potenciais para a emancipação dos agricultores, pois a distância existente entre a comunidade e o centro consumidor de Cáceres proporciona a possibilidade de estruturar sistemas produtivos diversificados graças a um amplo conjunto de consumidores para tal produção.

Por outro lado, a realidade evidenciada aponta que esse potencial será decorrente de uma mudança nas relações socioeconômicas estabelecidas na comunidade. E, desse modo, passará a ser um mecanismo necessário para que esses mesmos agricultores, em parceria com atores e entidades externas, possam desenhar estratégias coletivas de negociação da produção. (LEFF, 2003).

Esse é, portanto, um horizonte possível de ser perseguido, em razão do fato de uma parcela dos agricultores terem evidenciado em suas falas que a comunidade só avançará em sua organização quando houver um salto em sua organização coletiva.

Esse avanço certamente passará pela criação de novos espaços e tempos, oportunizando e incentivando a participação de seus membros na deliberação e execução de ações de interesse comunitário, que, de fato possam ser revertidas em benefício de todos.

Referências

ALMEIDA, Edimar Ezequiel de. **A relação entre a direção do MST e a base assentada na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, com foco na micro regional Antônio Conselheiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração de Cooperativas) – Instituto da Terra (ITERRA), Veranópolis, 2005.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

COSTA, Rogério de Oliveira. **Comunidade Boa Esperança: aspectos socioambientais ligados a agricultura familiar camponesa, um estudo de caso na micro-bacia Facão, Cáceres-MT**. 2008. 253f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Faculdade de Biologia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2008. 253p.

JANUARIO, Elias. **Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres/MT)**. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe*. In: Anais do ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-ANPOCS, XX. out. 1996, Caxambu, MG.

LEFF, Enrique (Coord.). **A Complexidade Ambiental**. Tradução Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. In: ZART, Laudemir Luiz. **Encantos, Caminhos e Desencantos: migração - colonização na Amazônia mato-grossense**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2005.

MORAES, Roque. *Mergulhos Discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos*. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de. **Metodologias emergentes em educação ambiental**. 2. ed. Ujuí, RS: Ed. Ujuí, 2007. (Coleção Educação em Ciências).

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil. 1700-1875*. In: Anais do ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS- ANPOCS, XX. out. 1996, Caxambu, MG.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. **A Questão Agrária e o Campesinato**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária.

SILVA, Pe. José de Moura. Genealogia dos Municípios de Mato Grosso. In: JANUARIO, Elias. **Caminhos da Fronteira**: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres/MT). Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

SILVA, José Graziano da. Globalização da Agricultura. In: SILVEIRA, Miguel Ângelo; VILELA, Sérgio L. de O. (Org.). **Globalização e Sustentabilidade da Agricultura**. Jaguariuna, SP: EMBRAPA-CNPMA, 1998.